

**A hegemonia da língua inglesa na produção científica:
aspectos históricos, políticos e epistemológicos**

*The hegemony of the english language in scientific production:
historical, political, and epistemological aspects*

Renata Teófilo de SOUSA¹

Resumo

Este artigo examina os fatores históricos, políticos e epistêmicos que contribuíram para a consolidação do inglês como língua dominante na produção científica internacional. A partir de uma abordagem ensaística, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, discute-se a trajetória das línguas da ciência — do latim ao inglês — e os dispositivos de poder que sustentam a atual hegemonia linguística no campo científico. Analisa-se ainda o impacto desse processo sobre a tradução acadêmica, destacando o papel do tradutor como agente cultural e político diante de normas editoriais anglo-centradas. Argumenta-se que a centralidade do inglês não é neutra nem universal, mas produto de dinâmicas de dominação simbólica que precisam ser criticamente questionadas em nome da diversidade epistêmica e linguística.

Palavras-chave: Hegemonia linguística. Tradução acadêmica. Inglês científico. Produção do saber. Dominação epistêmica.

Abstract

This article examines the historical, political, and epistemological factors that have contributed to the consolidation of English as the dominant language in international scientific production. Drawing on a documentary and interpretative bibliographic approach, the study traces the trajectory of the languages of science — from Latin to English — and analyzes the power structures underpinning contemporary linguistic hegemony in academic discourse. It also explores the impacts of this phenomenon on academic translation, emphasizing the translator's role as a cultural and political agent operating under Anglocentric editorial norms. The article argues that the dominance of English is neither neutral nor universal, but rather the result of symbolic domination processes that must be critically challenged in the name of epistemic and linguistic diversity.

Keywords: Linguistic hegemony. Academic translation. Scientific English. Knowledge production. Epistemic domination.

¹ Doutoranda em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação Rede Nordeste de Ensino (RENOEN, polo IFCE Fortaleza). E-mail: rtsnaty@gmail.com

Introdução

No cenário contemporâneo, a língua inglesa consolidou-se como idioma predominante nas publicações científicas, nos congressos internacionais, nos bancos de dados acadêmicos e nas principais instituições de fomento à pesquisa. Essa hegemonia, embora frequentemente justificada como uma consequência natural da globalização ou como resposta pragmática à necessidade de uma língua franca, é, na realidade, fruto de dinâmicas históricas, políticas e ideológicas complexas (Crystal, 2007; Phillipson, 1992). Tais dinâmicas envolvem disputas por poder simbólico, exclusões epistêmicas e imposições de normas linguísticas associadas aos centros hegemônicos da ciência.

Diferentemente de outras línguas que ocuparam posições centrais no campo científico, como o latim na Idade Média, o francês no Iluminismo e o alemão no século XIX, o inglês alcançou sua supremacia em um contexto de reconfiguração geopolítica global, especialmente após as Guerras Mundiais e com a ascensão dos Estados Unidos como potência acadêmica e midiática (Montgomery, 2004; Pereira, 2024). Como observa Phillipson (1992), essa dominação pode ser compreendida como uma forma de imperialismo linguístico, sustentada não apenas pelo número de falantes, mas por uma articulação entre poder militar, econômico e discursivo.

A consolidação do inglês como linguagem da autoridade científica impõe desafios importantes, sobretudo para pesquisadores de países não anglófonos. Além das barreiras linguísticas, esses sujeitos enfrentam uma lógica de subalternidade epistêmica, em que a publicação de prestígio exige adoção de padrões retóricos e epistemológicos anglo-centrados (Canagarajah, 2002; Holborow, 1999). Nesse cenário, a tradução acadêmica ocupa lugar estratégico, mediando saberes e culturas, mas também sofrendo as pressões da normatização editorial assimétrica (Venuti, 1995; Tymoczko, 1999; Berman, 2007).

Este artigo analisa os fatores históricos, geopolíticos e epistemológicos que contribuíram para a consolidação do inglês como língua hegemônica na produção científica internacional, discutindo ainda suas implicações para a tradução acadêmica e a circulação global do conhecimento. Ao problematizar o status do inglês no discurso científico, busca-se compreender como se constroem, sustentam e naturalizam hierarquias linguísticas, e de que forma elas impactam a diversidade epistêmica e a equidade no acesso ao saber (Santos, 2007; Grosfoguel, 2008).

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com caráter interpretativo e ensaístico, fundamentada em análise crítica de obras clássicas e atuais nos campos da Linguística, Estudos da Tradução, História das Línguas e Política Linguística. Não se trata de uma revisão sistemática, mas de uma construção teórica orientada por contribuições consolidadas e contemporâneas sobre os efeitos da hegemonia do inglês na ciência global. Os materiais foram localizados por meio de busca direcionada com termos como *linguistic hegemony*, *English in science*, *translation and ideology* e *coloniality of knowledge*, em bases como Google Scholar, Scielo e repositórios institucionais.

A estrutura do artigo organiza-se em cinco seções principais. Após esta introdução, a seção 2 apresenta um panorama histórico das línguas da ciência, com ênfase na ascensão geopolítica do inglês. A seção 3 discute os mecanismos ideológicos e coloniais que sustentam essa hegemonia. Em seguida, a seção 4 trata dos impactos dessa centralidade sobre a tradução acadêmica, com destaque para o papel do tradutor como agente cultural e político. Por fim, a seção 5 reúne as considerações finais, com proposições voltadas à valorização do multilinguismo e à democratização epistemológica da produção científica.

Breve história das línguas da ciência

A história das línguas da ciência é marcada por deslocamentos geopolíticos e ideológicos que refletem disputas por prestígio epistêmico, autoridade cultural e centralidade política. As línguas que, em diferentes momentos da história, ocuparam o posto de “idioma da ciência” não o fizeram de forma neutra ou espontânea, mas foram alçadas a esse lugar por meio de impérios, guerras, políticas linguísticas e instituições internacionais.

Essa trajetória não é linear: em contextos específicos, diferentes línguas assumiram centralidade conforme o poder político e cultural que as sustentava. Esta seção examina quatro momentos-chave dessa história — o latim, o francês, o alemão e o inglês — não apenas como sucessões linguísticas, mas como expressões de regimes de dominação simbólica e estratégias de universalização do saber.

O latim: entre a sacralização e o monopólio do saber

Durante séculos, o latim foi a principal língua da ciência, da religião e da diplomacia no Ocidente. Sua hegemonia remonta ao Império Romano, que o utilizou como ferramenta de controle político, jurídico e administrativo. Após a queda do Império, a Igreja Católica manteve o latim como língua da liturgia e da erudição, perpetuando sua centralidade no universo intelectual europeu (Santos; Kaltner, 2024).

No Brasil colonial, o ensino do latim estava diretamente associado à dominação simbólica exercida pelos jesuítas. Ele foi promovido como língua culta e racional, justificando sua presença central nos currículos e sua função como instrumento de evangelização e imposição cultural. Petter (2003) observa que a gramática tradicional difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem, reforçando a superioridade da norma escrita e impondo o latim como modelo universal de correção.

A adoção do latim como língua do saber esteve menos ligada à sua funcionalidade linguística e mais à sua capacidade de representar um projeto de homogeneização cultural e epistêmica. Makoni e Pennycook (2007) reforçam essa crítica ao argumentarem que as línguas não existem em estado puro ou essencial; elas são continuamente produzidas e reconstituídas em contextos saturados de história e ideologia. O ensino do latim como idioma universal não foi consequência espontânea, mas parte de uma estratégia de poder que articulava religião, colonização e exclusão.

Nesse sentido, Janson (2015) aponta que o latim foi selecionado em detrimento de outras línguas para ser consolidado na política, na educação e em setores formais da sociedade. Sem essa definição e preocupação de Roma com a língua, as consequências seriam diferentes nos territórios dominados. Sua longevidade como língua científica não revela apenas prestígio, mas uma operação simbólica de controle sobre o saber, lógica que se repetiria posteriormente com o francês, o alemão e, sobretudo, o inglês.

O francês e o ideal de racionalidade universal

Com o avanço do Iluminismo e a centralização política promovida pela monarquia absolutista, o francês assumiu o papel de língua de prestígio intelectual, científico e diplomático na Europa. Nos séculos XVII e XVIII, tornou-se símbolo da razão e da

elegância discursiva, sendo amplamente utilizado nas cortes, nos tratados internacionais, na filosofia racionalista e na produção científica.

A publicação da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, em 1660, é representativa desse contexto. O texto defendia que “a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e [...] os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua”, formulação que consolidava o francês como linguagem privilegiada do pensamento lógico e universal (Kristeva, 1969; Benveniste, 1976; Petter, 2003).

Esse ideal de racionalidade foi central para a ascensão do francês como língua da ciência. Gomes (2020) observa que, dotada de clareza e concisão, a língua francesa foi considerada o veículo ideal para o discurso científico. Seu prestígio, contudo, não decorreu apenas do uso social, mas também de políticas linguísticas centralizadoras promovidas pelo Estado francês, que buscaram padronizar o idioma e associá-lo à identidade nacional. A criação da *Académie Française*, em 1635, expressa esse esforço deliberado de controle do vocabulário e da gramática (Kristeva, 1969). Como resume Gomes (2020, p. 99), a missão da Academia “inalterada desde a origem, é, entre outras, resguardar a pureza da língua”.

Holborow (1999, p. 15, tradução nossa), ao refletir sobre ideologias linguísticas, alerta que “o que parece uma preferência natural por determinada língua é, na verdade, o efeito de discursos institucionalizados que atribuem a ela valores simbólicos e de prestígio”². Assim, a construção simbólica do francês como linguagem da razão, da estética e da civilidade foi amplamente reforçada tanto no campo acadêmico quanto nos currículos escolares.

Como aponta Martinez (2009), esse processo ocorreu paralelamente à consolidação de um modelo de Estado-nação que via na padronização linguística uma ferramenta de unificação cultural. “A fixação social das línguas é um processo de coerção simbólica e política que atua sobre os corpos e as consciências” (p. 24). A língua francesa, portanto, não era apenas meio de comunicação científica, mas dispositivo de poder e identidade nacional.

² No original: “What appears to be a natural preference for one language is in fact the effect of institutionalized discourses which attach symbolic and prestige values to it” (Holborow, 1999, p. 15).

A centralidade do francês começou a declinar no século XIX, com a ascensão dos países de língua alemã como polos de inovação científica e com o surgimento de novos paradigmas nas ciências naturais. Ainda assim, o período de hegemonia do francês marcou profundamente o modelo discursivo da ciência moderna e a relação entre língua, saber e Estado.

O alemão e o prestígio técnico-científico

No século XIX, a liderança científica passou a ser exercida pelos países de língua alemã. O alemão tornou-se dominante nas ciências naturais, na filosofia, na medicina e na filologia, impulsionado pela força das universidades germânicas, de seus centros de pesquisa e da cultura acadêmica centrada na figura do cientista-erudito. Esse prestígio estava diretamente relacionado ao protagonismo alemão na criação de universidades de pesquisa e sociedades científicas que moldaram o modelo acadêmico moderno (Auroux, 1992; Humboldt, 1959).

Segundo Petter (2003), esse período foi marcado por avanços da linguística histórica, como a obra de Franz Bopp, publicada em 1816, que inaugurou o método histórico-comparativo e consolidou o alemão como idioma de ponta na pesquisa linguística. Esse contexto consagrou a língua alemã como veículo técnico por excelência, sobretudo nas ciências humanas e naturais.

Essa centralidade foi reconhecida internacionalmente. Schütte (1996) observa que a excelência dos centros de pesquisa alemães fez com que cientistas de diversas nacionalidades publicassem em alemão, mesmo sem domínio da língua. O idioma ganhou prestígio por sua precisão terminológica e por uma estrutura sintática densa, capaz de expressar conceitos científicos com alta complexidade.

Contudo, a supremacia do alemão não foi apenas científica, mas também simbólica. Holborow (1999, p. 74, tradução nossa) adverte que as línguas científicas “não são apenas reflexos de estilos nacionais de pensamento, mas instrumentos políticos que expressam disputas por autoridade no interior da própria ciência”³. O alemão passou a ser associado à profundidade filosófica e à erudição; qualidades que reforçavam sua imagem

³ No original: “scientific languages are not only reflections of national styles of thought but political instruments expressing contests over authority within science itself” (Holborow, 1999, p. 74).

como língua científica séria, embora também marcada por traços de elitismo e hermetismo.

A hegemonia do alemão começou a declinar no início do século XX, em decorrência das transformações geopolíticas causadas pelas duas guerras mundiais. A marginalização da Alemanha e a ascensão dos Estados Unidos como potência científica e tecnológica levaram à substituição gradual do alemão pelo inglês como língua da ciência. Para Makoni e Pennycook (2007, p. 8, tradução nossa), “mudanças linguísticas não são neutras, mas integram estratégias de substituição de epistemologias em contextos de disputa imperial e colonial”⁴.

O inglês e a supremacia global na ciência contemporânea

O inglês passou de língua colonial a idioma hegemônico da ciência no contexto da expansão imperial britânica e, posteriormente, com o protagonismo geopolítico dos Estados Unidos ao longo do século XX. A Conferência de Paz de Paris (1919) representa um marco simbólico dessa virada: nela, o inglês foi oficialmente equiparado ao francês como idioma diplomático, consolidando sua entrada no circuito internacional de negociação política. Como aponta Zacchi (2003), a oficialização do inglês nas negociações do Tratado de Versalhes marcou o início de uma nova ordem linguística no cenário político internacional.

Ferreira e Mozzillo (2020) identificam três pilares que sustentaram a ascensão do inglês como língua da ciência: (1) o enfraquecimento das potências europeias após as duas guerras mundiais; (2) a preservação da infraestrutura científica dos Estados Unidos no pós-guerra; e (3) a consolidação do país como líder em economia, tecnologia, mídia e produção científica global. A supremacia linguística do inglês acompanhou o avanço da tecnociência norte-americana e o fortalecimento de um modelo acadêmico padronizado em escala internacional.

Crystal (2007, p. 74, tradução nossa) destaca que “nenhuma língua se torna global sem poder por trás dela”⁵, e o inglês não se expandiu por mérito intrínseco, mas por estar atrelado a forças políticas, militares e econômicas. Sua presença predominante em bases

⁴ No original: “linguistic changes are not neutral but integrate strategies of epistemological replacement in contexts of imperial and colonial dispute” Makoni e Pennycook (2007, p. 8).

⁵ No original: “No language becomes global without power behind it” (Crystal, 2007, p. 74).

como Scopus e Web of Science, independentemente da origem dos pesquisadores, evidencia que a linguagem da ciência internacional está condicionada à lógica de poder global.

Contudo, a hegemonia do inglês ultrapassa a esfera científica. Ela opera como veículo de difusão de valores, interesses e epistemologias anglo-americanas, configurando uma forma de dominação simbólica que naturaliza sua centralidade. Makoni e Pennycook (2007, p. 10) descrevem esse processo como parte de “projetos históricos de apagamento e substituição de epistemologias” (*linguistic projects of erasure and replacement*), em que o inglês atua como idioma de legitimação cognitiva global, em detrimento de saberes locais e formas alternativas de expressão.

Nesse sentido, Holborow (1999) interpreta o inglês como símbolo ideológico de modernidade, racionalidade e competência profissional. Sua hegemonia reforça a hierarquização entre línguas, relegando outras ao estatuto de barreiras à circulação científica. Não se trata apenas de uma preferência técnica, mas da imposição de um padrão de autoridade científica moldado por centros hegemônicos.

Atualmente, a maioria dos periódicos de alto impacto exige que artigos sejam redigidos em inglês, segundo normas retóricas e epistemológicas da tradição anglo-americana. Essa exigência restringe o acesso à publicação internacional e impõe um modelo discursivo que nem sempre reflete a diversidade dos campos científicos. Como resume Phillipson (1992, p. 47, tradução nossa), trata-se de um caso clássico de imperialismo linguístico, no qual “a língua do dominador ocupa o lugar da língua local e institui padrões de pensamento e produção válidos apenas sob os critérios do centro”⁶.

A ascensão da Língua Inglesa como idioma hegemônico: entre o colonialismo, a globalização e a cultura de mercado

A consolidação do inglês como idioma hegemônico da ciência, da diplomacia e da cultura internacional é um fenômeno historicamente construído, sustentado por forças coloniais, transformações geopolíticas e articulações ideológicas. Longe de ser apenas uma ferramenta neutra de comunicação, o inglês atua como dispositivo de poder simbólico que regula o acesso ao conhecimento, ao prestígio social e à circulação

⁶ No original: “the language of the dominator takes the place of the local language and institutes patterns of thought and production valid only under the criteria of the centre” (Phillipson, 1992, p. 47).

internacional de saberes. Como defendem Phillipson (1992), Holborow (1999) e Makoni e Pennycook (2007), sua centralidade é fruto de processos de dominação, e não de qualquer superioridade linguística intrínseca.

A hegemonia do inglês se estrutura a partir do que Phillipson (1992) denomina imperialismo linguístico, cujas manifestações incluem o *linguicismo*: atribuição desigual de valor a diferentes línguas, com marginalização sistemática de repertórios locais. Holborow (1999) aponta que essa valorização artificial associa o inglês ao prestígio e à competência científica, enquanto Canagarajah (2002) demonstra como a periferia acadêmica é compelida a adotar os padrões do centro para ser reconhecida, reforçando ciclos de dependência epistêmica.

Inicialmente impulsionado pela expansão imperial britânica, o inglês foi imposto como idioma de instrução e administração em territórios colonizados. Com a ascensão dos Estados Unidos no século XX, essa imposição ganhou nova sustentação em estruturas de poder econômico, científico e midiático. Ferreira e Mozzillo (2020) argumentam que a hegemonia linguística do inglês é resultado de estratégias geopolíticas sistemáticas de manutenção da influência dos países centrais.

Esse processo é intensificado pela globalização, que favorece a circulação de bens e informações, mas também impõe um padrão epistêmico padronizado. Pennycook (1998) e Zacchi (2003) sustentam que a difusão do inglês é parte de um projeto ideológico que o associa à modernidade, ao progresso e ao sucesso, gerando um discurso hegemônico que o apresenta como chave para inclusão social e acadêmica, mesmo que isso não se realize para a maioria.

Esse fenômeno é observado também em países de forte tradição linguística, como a Alemanha. Schütte (1996), ao analisar a publicidade de revistas alemãs, mostra como o inglês é utilizado estrategicamente para evocar status e pertencimento à cultura global, mesmo entre falantes nativos de outras línguas. No Brasil, a situação se dá de forma paradoxal: o inglês é tratado como requisito inquestionável, mas permanece inacessível para amplos segmentos da população, dada a precarização do ensino público e a mercantilização do ensino de línguas (Ferreira; Mozzillo, 2020).

Nesse contexto, o inglês torna-se um marcador simbólico de distinção social. Zacchi (2003) mostra que professores da rede pública oscilam entre reforçar e resistir a esse discurso. Tal ambivalência revela uma interdiscursividade marcada por tensões entre hegemonia e contra-hegemonia no campo da formação docente.

A teoria da hegemonia de Gramsci (2000) é útil para compreender essa aceitação passiva: o domínio se mantém por consentimento, ao tornar natural aquilo que é historicamente produzido. O inglês é, assim, internalizado como capital simbólico desejável, inclusive por aqueles que estão fora do seu domínio efetivo.

No campo científico, essa hegemonia se manifesta na exigência de publicação em inglês segundo normas retóricas anglo-americanas, o que força pesquisadores periféricos a adequar seus modos de escrever, argumentar e até pensar (Phillipson, 1992). O tradutor acadêmico, nesse cenário, torna-se um mediador crítico. Traduzir significa negociar sentidos, tensionar discursos e, muitas vezes, decidir o que silenciar, como destacam Venuti (1995), Tymoczko (1999) e Sousa (2024b).

A naturalização do inglês como língua neutra mascara sua função de filtro epistêmico. Phillipson (1992) e Holborow (1999) apontam que esse processo deslegitima repertórios locais, promovendo exclusão e distinção de classe. Makoni e Pennycook (2007) afirmam que a dominação se exerce nas micropráticas da ciência, como normas de submissão, indexação e revisão, em que epistemologias são adaptadas a um modelo dominante.

Grosfoguel (2008) conceitua esse cenário como colonialidade do saber: a subordinação de conhecimentos locais a um padrão epistêmico anglófono que se apresenta como universal. Para que o conhecimento periférico seja reconhecido, precisa ser traduzido, adaptado e muitas vezes diluído. Como argumenta Bourdieu (2003), a dominação simbólica internaliza nos próprios agentes da periferia a crença na superioridade dos modelos hegemônicos.

Makoni e Pennycook (2007) reiteram que o inglês global é um artefato (re)construído estrategicamente para servir a finalidades hegemônicas. Assim, mesmo quando traduzimos, pode-se estar apenas reproduzindo e não desafiando as hierarquias estabelecidas.

Implicações para a tradução acadêmica

A centralidade do inglês na produção científica internacional repercute diretamente sobre a prática tradutória, especialmente no que diz respeito às assimetrias epistêmicas e culturais que estruturam a circulação do conhecimento. Traduzir, nesse

contexto, não é uma atividade neutra, mas um ato político situado, que envolve decisões discursivas, epistemológicas e ideológicas.

A tradução acadêmica atual é atravessada por lógicas de mercado, exigências editoriais normativas e por uma epistemologia dominante que privilegia modelos retóricos do eixo anglo-americano. Tymoczko (1999) afirma que o tradutor deve ser compreendido como agente de negociação cultural, pois sua tarefa envolve não apenas a transposição de termos, mas a mediação entre visões de mundo. “A tradução opera como prática discursiva situada, e não como exercício de neutralidade. É uma forma de representação cultural que pode tanto reproduzir quanto subverter hegemonias” (p. 19, tradução nossa)⁷.

Venuti (1995) complementa esse entendimento ao denunciar a “invisibilidade” exigida do tradutor. Essa invisibilidade, promovida por editoras e periódicos, resulta da valorização da fluência e da naturalização textual, que apagam marcas da alteridade. Suas estratégias de *foreignization* e *domestication* revelam dilemas éticos: adaptar para ser aceito ou manter traços do texto original e tensionar a homogeneização discursiva.

No campo científico, essas tensões se intensificam. Traduzir um artigo acadêmico do português para o inglês não se limita à adequação linguística: exige reorganização argumentativa, adaptação terminológica e reconfiguração retórica conforme padrões internacionalmente validados. Como discutem Ferreira e Mozzillo (2020), o tradutor atua como mediador crítico, responsável por tornar um saber inteligível e validável em outro sistema cultural, o que pode implicar silenciar marcas epistemológicas do contexto de origem.

Sousa (2024a; 2024b) reforça que o tradutor realiza escolhas que refletem sua formação crítica e sua posição diante das normas editoriais. Atua sob múltiplas pressões: precisa garantir clareza, respeitar estilos e, ao mesmo tempo, negociar sentidos em um sistema que frequentemente desvaloriza seu papel e reduz sua atividade a um serviço técnico.

A hegemonia do inglês agrava essa assimetria. A tradução ocorre quase exclusivamente do português para o inglês, refletindo uma lógica unidirecional típica de sistemas hierarquizados. Ferreira e Mozzillo (2020) apontam que a internacionalização promovida por rankings e indexadores exige dos países periféricos a adaptação a modelos

⁷ No original: “Translation operates as a situated discursive practice, not as an exercise of neutrality. It is a form of cultural representation that can both reproduce and subvert hegemonies” (Tymoczko, 1999)

linguísticos e epistêmicos que não lhes pertencem, reforçando a ideia de que o inglês é o idioma legítimo do saber.

Como já advertiam Berman (2007) e Arrojo (2003), toda tradução é uma reescrita atravessada por ideologias. Trata-se de um campo de disputa simbólica no qual se decide quais vozes, epistemologias e estilos serão mantidos, suavizados ou excluídos. Traduzir, portanto, é reinterpretar o que se considera científico, relevante e publicável.

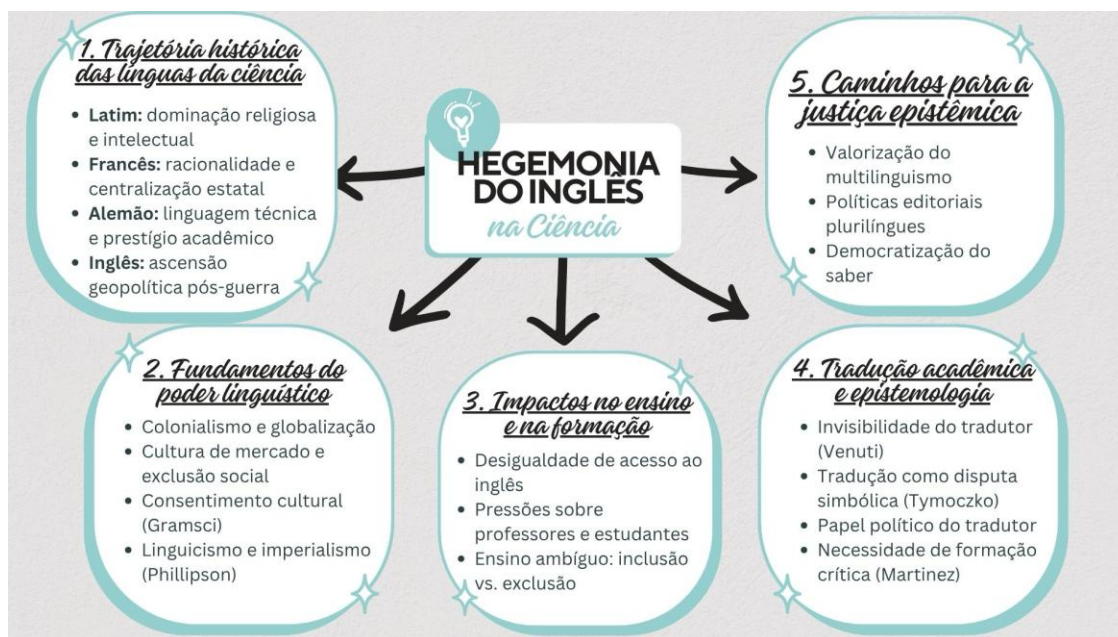
Makoni e Pennycook (2007) ampliam essa crítica ao destacar que as línguas são artefatos coloniais constantemente reconstituídos. Traduzir pode reforçar a colonialidade do saber ao reproduzir parâmetros hegemônicos. No entanto, quando atua como sujeito crítico e intercultural, o tradutor pode transformar o texto em espaço de diálogo entre epistemologias, abrindo caminhos para uma ciência plurilíngue e inclusiva.

Essa transformação depende diretamente da formação. Martinez (2009) argumenta que o ensino de línguas e de tradução deve incluir dimensões críticas, históricas e socioculturais. É preciso preparar profissionais conscientes das disputas simbólicas que permeiam o campo editorial. “As línguas representam meios tanto para a paz quanto para a guerra, e a gestão que fizermos do plurilinguismo de nosso mundo condicionará nosso futuro” (Martinez, 2009, p. 11).

Outros autores, como Arrojo (1996), Campos (1986), Bell-Santos (2011) e Hargreaves (2004), também defendem uma formação que promova consciência crítica sobre a função do tradutor, sua autonomia diante das normas e seu engajamento com a diversidade epistêmica. Traduzir é agir politicamente sobre o texto.

Como síntese das reflexões apresentadas até aqui, apresenta-se, a seguir, o Mapa de Ideias (Figura 1), estruturado no *Canva*®, que organiza visualmente os principais eixos analíticos discutidos neste artigo:

Figura 1 – Mapa de ideias sobre a hegemonia do inglês na ciência



Fonte: Elaboração própria.

O mapa da Figura 1 tem por objetivo representar as relações entre hegemonia linguística, trajetória histórica, impactos no ensino, desafios tradutórios e caminhos de resistência epistêmica. Assim, reforça-se que o papel do tradutor está intrinsecamente ligado às disputas simbólicas e às escolhas éticas que atravessam a produção e a circulação do saber. Ao articular as dimensões históricas, linguísticas e epistêmicas discutidas, o mapa evidencia que a tradução não é periférica, mas central na consolidação — e possível contestação — da hegemonia linguística na ciência.

A valorização do trabalho tradutório, o investimento em formação crítica e a adoção de políticas editoriais plurilíngues são, assim, estratégias fundamentais para democratizar o acesso ao conhecimento e tensionar a hegemonia do inglês. O tradutor acadêmico, longe de ser invisível, é um agente cultural e epistêmico com potencial para abrir caminhos mais justos e inclusivos na circulação do saber.

Considerações finais

A consolidação do inglês como língua hegemônica da ciência não é um processo neutro nem espontâneo. Trata-se de uma construção histórica entrelaçada a projetos coloniais, estratégias geopolíticas e dinâmicas institucionais que associaram o inglês à

modernidade, à objetividade e à legitimidade científica. Ao longo deste artigo, argumentamos que as línguas da ciência sempre refletiram disputas de poder simbólico e material — do latim ao francês, do alemão ao inglês —, e que cada virada linguística esteve conectada a interesses culturais, religiosos, militares ou econômicos.

A hegemonia contemporânea do inglês, no entanto, vai além da simples circulação de um idioma. Ela opera como filtro ideológico de validação acadêmica, impondo não apenas uma língua, mas também valores discursivos e epistemológicos que marginalizam saberes alternativos. Esse processo não apenas exclui vozes, como também naturaliza a exclusão, ao apresentar o inglês como exigência técnica ou expressão de uma suposta neutralidade científica.

Nesse cenário, a tradução acadêmica emerge como campo de tensão e de agência. O tradutor, mais do que mediador linguístico, é um ator político: suas escolhas impactam diretamente o modo como saberes periféricos são aceitos, adaptados ou silenciados. Como discutido, essa prática está atravessada por assimetrias estruturais que colocam os países não anglófonos em constante necessidade de adequação aos modelos discursivos dos centros hegemônicos.

Romper com essa lógica não significa rejeitar o inglês, mas sim desnaturalizar sua condição de universalidade imposta. Significa defender uma ciência plurilíngua, epistemologicamente diversa e comprometida com a democratização do conhecimento. Isso implica a revisão dos critérios de indexação e avaliação científica, hoje concentrados em periódicos de alto impacto em língua inglesa, muitas vezes em detrimento da relevância local das pesquisas.

A valorização do multilinguismo vai além da tolerância: requer políticas editoriais concretas. Isso inclui não apenas aceitar submissões em diferentes línguas, mas também investir na tradução qualificada em múltiplas direções, evitando a lógica unidirecional de adaptação ao inglês. Universidades, agências de fomento e editoras científicas devem assumir esse compromisso com a diversidade epistêmica.

Inspirando-se na proposta de ecologia de saberes de Santos (2007), é preciso criar espaços onde epistemologias plurais possam coexistir e dialogar em pé de igualdade. Promover essa abertura linguística e epistêmica é uma tarefa coletiva, que convoca toda a comunidade acadêmica: pesquisadores, avaliadores, tradutores, instituições e editores. Trata-se, em última instância, de um compromisso com a equidade na produção e

circulação do saber, com o reconhecimento das múltiplas formas de conhecimento e com a construção de um futuro mais inclusivo para a ciência global.

Referências

- ARROJO, Rosemary. O que efetivamente pode ensinar o professor de prática de tradução. In.: COSTA, L. A. **Limites da intraduzibilidade**. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. UFBA, EDUFBA: Salvador, 1996.
- ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola, 2003.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BELL-SANTOS, Cynthia A. **Tradução e cultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- BENVENISTE, Emile. **Linguagem humana e comunicação animal: Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Nacional/Edusp (tradução do francês), 1976.
- BERMAN, Antoine. **A tradução e a letra ou o albergue longínquo**. Trad. Marie-Hélène Catherine Torres. Campinas: UNICAMP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2003.
- CAMPOS, Geir. **O que é tradução**. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- CANAGARAJAH, A. Suresh. **A geopolitics of academic writing**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.
- CRYSTAL, David. **English as a global language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- FERREIRA, Renan Castro; MOZZILLO, Isabella. A Língua Inglesa no Brasil como o mercado quer: necessária, mas inalcançável. **Travessias Interativas**, São Cristóvão-SE, v. 10, n. 22, p. 138–150, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51951/ti.v10i22>
- GOMES, Janaína Nazzari. **A apropriação do francês como língua não materna: uma questão de fronteiras**. 2020. 192 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/217777>. Acesso em: 01 jun. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115–147, 2008.

HARGREAVES, L. E. S. **Além da língua**: tradução e consciência crítica de cultura no ensino de línguas estrangeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Departamento de Línguas Estrangeiras e tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

HOLBOROW, Marnie. **Language and ideology**. London: Routledge, 1999.

HUMBOLDT, Guillermo. Sobre a organização interna e externa dos estabelecimentos científicos superiores em Berlim. In: HUMBOLDT, Guillermo. **La idea de la universidad en Alemania**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1959.

JANSON, Tore. **História das línguas**: uma introdução. São Paulo: Parábola, 2015.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Portugal. 1969.

MAKONI, Sifree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (ed.). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 1–41.

MARTINEZ, Pierre. **Didática de línguas estrangeiras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MONTGOMERY, Scott L. **The scientific voice**. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2004.

PENNYCOOK, Alastair. **English and the discourses of colonialism**. London; New York: Routledge, 1998. (The Politics of Language Series).

PEREIRA, Livia Mendes. Inglês como língua franca da ciência mantém hegemonia dos países anglófonos. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, ed. 1299, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/traducao/ingles-como-lingua-franca-da-ciencia-mantem-hegemonia-dos-paises-anglofonos/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PETTER, Margarida. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Contexto, 2003.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos; KALTNER, Leonardo Ferreira. Da Teologia à Filosofia: o latim como instrumento da razão na obra de Du Marsais. **Cadernos de**

Linguística, v. 5, n. 2, e722, 2024. Disponível em:
<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/download/722/902/13608>.
Acesso em: 01 jun. 2025.

SCHÜTTE, Dagmar. **Das schöne Fremde**: anglo-amerikanische Einflüsse auf die Sprache der deutschen Zeitschriftenwerbung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996. (Studien zur Kommunikationswissenschaft; Bd. 16).

SOUSA, Renata Teófilo de. As interfaces do trabalho como tradutor de língua inglesa. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 20, n. 4, abr. 2024a. Disponível em:
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2024v20n4.69814>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SOUSA, Renata Teófilo de. A influência do contexto cultural no processo de tradução: desafios e estratégias. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 20, n. 9, 22 set. 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2024v20n9.71206>. Acesso em: 1 jun. 2025.

TYMOCZKO, Maria. **Translation in a postcolonial context**: early Irish literature in English translation. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

VENUTI, Lawrence. **The translator's invisibility**: a history of translation. 2. ed. London: Routledge, 1995.

ZACCHI, Vanderlei J. **Discurso, poder e hegemonia**: dilemas do professor de língua inglesa. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.